



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR/RECIFE/PE
SECRETARIA**

**PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA ADMISSÃO
DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

CADERNO DE PROVA

Nº DE INSCRIÇÃO:
NOME DO CANDIDATO:
NOTA:

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1ª) Das opções a seguir, assinale a que não é prevista no Código Penal Militar como uma das penas principais:

- a) reclusão.
- b) prisão.
- c) impedimento.
- d) perda de posto e patente.
- e) morte.

2ª) Assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal militar adota o sistema duplo binário, ou seja, admite a aplicação cumulativa da pena e da medida de segurança.
- b) O confisco é uma medida de segurança pessoal, não-detentiva.
- c) Extingue-se a punibilidade pelo ressarcimento do dano no peculato furto.
- d) O curso da prescrição da ação penal é interrompido enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.
- e) No caso de concurso de crimes, a prescrição é referida, não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.

3ª) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os crimes militares de que trata o art. 9º do Código Penal Militar, incluídos os previstos na legislação penal, nos termos do inciso II do *caput* deste artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.
- b) Consideram-se crimes comuns de competência do Tribunal do Júri, os crimes de que trata o art. 9º do Código Penal Militar, quando culposos contra a vida.
- c) Incorre em crime militar em tempo de paz o civil que subtrai, mediante escalada, um condensador de ar-condicionado de uma unidade do Exército Brasileiro localizada em área urbana.
- d) São crimes militares em tempo de paz os previstos no Código Penal Militar e os previstos em legislação penal, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.
- e) O crime de insubmissão, delito que atenta contra o serviço militar, só pode ser cometido por civil.

4ª) Incorre no crime de deserção especial o militar que:

- a) Não se apresentar no lugar designado, dentro de 8 (oito) dias, findo o prazo de trânsito ou férias.
- B Consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.
- c) Deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de 8 (oito) dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.
- d) Deixa de se apresentar no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve.
- e) Tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de 8 (oito) dias.

5ª) Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção incorreta:

- a) No crime de furto de uso, se a coisa usada é veículo motorizado, a pena é aumentada de metade.
- b) Se o autor do delito de furto for primário e de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode considerar tal ato como mera infração disciplinar. Idêntica atenuação pode ser aplicada no caso em que o criminoso, sendo primário, restitui a coisa ao seu dono antes de instaurada a ação penal.
- c) Configura-se o roubo qualificado quando a subtração de coisa alheia móvel, mediante violência ou grave ameaça, dá-se em concurso de duas ou mais pessoas.
- d) A conduta de adquirir em proveito próprio ou alheio coisa proveniente de crime se amolda ao crime de receptação.
- e) Comete mero ilícito civil aquele que vende ou dá em pagamento coisa alheia como própria.

6ª) Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa falsa:

- a) O crime de peculato-furto, previsto no §2º, do art. 303, do Código Penal Militar, pode ser cometido tanto por militar como por servidor civil atuando na Administração Militar.
- b) No crime de peculato culposo, se o autor do delito repara o dano antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, extingue-se a punibilidade.
- c) Configura-se o crime de corrupção passiva quando o militar ou servidor civil aceita promessa de vantagem indevida em razão da função pública que exerce.
- d) O crime de corrupção passiva é um crime impropriamente militar.
- e) Um sargento reformado, na condição de militar inativo, pode cometer o crime de desacato contra superior.

7ª) Não consta dentre as condutas nucleares do crime de tráfico, posse ou uso de entorpecentes ou substâncias de efeito similar, tipificado no art. 290 do Código Penal Militar:

- a) Exportar.
- b) Transportar.
- c) Trazer consigo.
- d) Fornecer.
- e) Vender.

8ª) A respeito dos Crimes Contra a Administração da Justiça Militar, assinale a opção incorreta:

- a) A conduta que configura o crime de denúncia caluniosa consiste em dar causa a instauração de inquérito policial ou processo judicial militar, imputando a prática de crime sujeito à jurisdição militar contra pessoa que sabe ser inocente.
- b) Só é possível a prática do crime militar de falso testemunho ou falsa perícia em inquérito policial ou processo judicial militar.
- c) Acusar-se, perante a autoridade, de crime sujeito à jurisdição miliar, inexistente ou praticado por outrem, configura o delito de autoacusação falsa.
- d) É impropriamente militar o crime de corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete, previsto no art. 347 do Código Penal Militar.
- e) Comete o crime militar de desobediência a decisão judicial o militar ou civil que deixa de cumprir decisão da Justiça Militar, ou retarda ou frauda seu cumprimento, sem justa causa.

9ª) Assinale a alternativa correta:

- a) O oficial que deixa de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber encontrar-se entre os seus comandados incorre no crime de prevaricação.
- b) O crime de abandono de posto é impropriamente militar, de mão própria e de perigo abstrato.
- c) No crime de deserção especial, a pena é aumentada de um terço, se se tratar de cabo, sargento, subtenente ou suboficial, e de metade se oficial.
- d) Ao crime de rigor excessivo comina-se a pena de suspensão do exercício do posto, se o fato não constitui crime mais grave.
- e) No crime de ofensa aviltante a inferior, se a ofensa ultrajante, vergonhosa, humilhante se der verbalmente ou por escrito, a pena é reduzida de um sexto.

10ª) Configura-se o crime de motim, tipificado no art. 149 do Código Penal Militar, reunirem-se militares:

- a) Recusando obediência a oficial superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência
- b) Agindo contra a ordem recebido de oficial general, ou negando-se a cumpri-la.
- c) ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, hangar, aeródromo, aeronave, navio, exceto viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar
- d) assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior.
- e) nenhuma das alternativas acima.

11ª) Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa falsa:

- a) À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar, os Tribunais Regionais Militares e os juízes militares.
- d) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- e) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

12ª) Quanto ao acordo de não persecução penal, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Foi instituto criado pela Lei nº 13.964/2019, que incluiu o art. 28-A no Código de Processo Penal para estabelecer seu regramento, sendo inaplicável aos fatos ocorridos antes da entrada em vigor da Lei.
- b) O Supremo Tribunal Federal decidiu, em julgados não vinculantes, pela aplicação do acordo de não persecução penal à Justiça Militar da União, sendo dever do Ministério Público justificar a sua não aplicação.
- c) O Superior Tribunal Militar decidiu, em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, pela aplicação do acordo de não persecução penal à Justiça Militar da União, exclusivamente para civis.
- d) São requisitos que o investigado confesse formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima de até 4 (quatro) anos.

- e) A necessidade e suficiência do acordo para reprovação e prevenção do crime deve ser analisado pelo Ministério Público, cabendo a sua homologação pelo Poder Judiciário, que não poderá avaliar a adequação ou suficiência das condições firmadas no acordo.

13ª) Assinale a alternativa falsa, quanto ao juiz das garantias:

- a) Conforme decidido expressamente pelo Supremo Tribunal Federal, não se aplica o juiz das garantias aos processos de competência dos Conselhos Especiais e Permanentes de Justiça.
- b) O juiz das garantias deverá assegurar o cumprimento das regras para o tratamento dos presos, impedindo o acordo ou ajuste de qualquer autoridade com órgãos da imprensa para explorar a imagem da pessoa submetida à prisão, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.
- c) O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário.
- d) Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, o preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz das garantias, no prazo de 24 horas, salvo impossibilidade fática, momento em que se realizará a audiência com a presença do ministério público e da defensoria pública ou de advogado constituído, cabendo, excepcionalmente, o emprego de videoconferência.
- e) O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do juiz das garantias, fixando prazo para a efetiva implementação e efetivo funcionamento em todo o país, nas hipóteses nas quais seria aplicável.

14ª) Quanto às prisões provisórias e medidas cautelares, assinale a alternativa falsa:

- a) A menagem é espécie própria ao processo penal militar de medida cautelar diversa da prisão, podendo ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- b) O Superior Tribunal Militar possui entendimento pela aplicação da audiência de custódia no processo penal militar, ainda que inexista previsão no Código de Processo Penal Militar.
- c) A prisão temporária prevista na Lei nº 7.960/1989 pode ser aplicada no processo penal militar, nos casos de crimes militares previstos na Lei.
- d) Há possibilidade de aplicação de medidas cautelares prevista no Código de Processo Penal no processo penal militar, como o afastamento mínimo e a proibição de contato, conforme entendimento do Superior Tribunal Militar.
- e) A prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar possui os mesmos requisitos do Código de Processo Penal, inexistindo possibilidade de prisão preventiva para manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

15ª) Nos termos da Lei Complementar nº 75/1993 (LOMPU), assinale a alternativa falsa:

- a) O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais e ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial.
- b) Compete ao Ministério Público Militar promover, privativamente, a ação penal pública, e promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato, junto aos órgãos da Justiça Militar.
- c) Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência, realizar inspeções e diligências investigatórias, tendo livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio.
- d) Compete ao Conselho Superior do Ministério Público Militar manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial militar, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral.
- e) Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas.

16ª) Assinale a alternativa falsa, quanto à Lei nº 8.457/1992 (LOJMU):

- a) O Conselho Permanente de Justiça é constituído pelo juiz federal da Justiça Militar ou juiz federal substituto da Justiça Militar, que o presidirá, e por 4 (quatro) juízes militares, dentre os quais pelo menos 1 (um) oficial superior.
- b) Compete ao Superior Tribunal Militar os pedidos de habeas corpus e habeas data contra ato de juiz federal da Justiça Militar, de juiz federal substituto da Justiça Militar, do Conselho de Justiça e de oficial-general e o mandado de segurança contra seus atos, os do Presidente do Tribunal e de outras autoridades da Justiça Militar.
- c) Para efeito de administração da Justiça Militar em tempo de paz, o território nacional divide-se em doze Circunscrições Judiciárias Militares, abrangendo a 7ª - Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.
- d) Compete ao Conselho Especial de Justiça, processar e julgar oficiais, inclusive oficiais-generais, nos delitos previstos na legislação penal militar.
- e) Os juízes militares dos Conselhos Especial e Permanente são sorteados dentre oficiais de carreira, da sede da Auditoria, com vitaliciedade assegurada, recorrendo-se a oficiais no âmbito de jurisdição da Auditoria se insuficientes os da sede e, se persistir a necessidade, excepcionalmente a oficiais que sirvam nas demais localidades abrangidas pela respectiva Circunscrição Judiciária Militar.

17ª) Quanto às provas no processo penal militar, assinale a alternativa falsa:

- a) Ninguém está obrigado a produzir prova que o incrimine, ou ao seu cônjuge, descendente, ascendente ou irmão.
- b) O juiz formará convicção pela livre apreciação do conjunto das provas colhidas em juízo, exceto em relação aos laudos periciais, aos quais o juiz ficará adstrito.
- c) A prova no juízo penal militar, salvo quanto ao estado das pessoas, não está sujeita às restrições estabelecidas na lei civil.
- d) É admissível qualquer espécie de prova, desde que não atente contra a moral, a saúde ou a segurança individual ou coletiva, ou contra a hierarquia ou a disciplina militares.
- e) O ônus da prova compete a quem alegar o fato, mas o juiz poderá, no curso da instrução criminal ou antes de proferir sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

18ª) Em relação aos inquéritos policiais militares, assinale a alternativa verdadeira:

- a) São características do inquérito policial militar: oficioso, oficial, sigiloso, indispensável, escrito e inquisitivo.
- b) A polícia judiciária militar é exercida pelos comandantes das organizações militares, podendo ser delegada para qualquer oficial de carreira, não tendo restrição em consequência da qualidade do réu, se militar, oficial ou praça, ou civil.
- c) A reprodução simulada dos fatos é uma prova admitida no processo penal militar, ainda que atente contra a hierarquia ou a disciplina militar, tendo em vista a necessidade de produção de elementos e provas do crime militar e sua autoria.
- d) O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria, tendo o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- e) Não serão observadas no inquérito as disposições referentes às testemunhas e sua acareação, ao reconhecimento de pessoas e coisas, aos atos periciais e a documentos, previstas para os atos probatórios no Código de Processo Penal Militar, tendo em vista a incompatibilidade do inquérito policial militar com as formalidades exigidas na instrução criminal.

19ª) Quanto aos recursos e demais meios de impugnação de decisões judiciais, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Na Justiça Militar da União, o habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa em seu favor ou de outrem, exceto pelo Ministério Público Militar, tendo em vista sua atribuição institucional de acusador.
- b) Assim como no processo penal comum, a apelação deve ser interposta no prazo de 5 dias, com prazo de 8 dias para razões e contrarrazões ao recurso.
- c) Os embargos de declaração no 1º grau devem ser opostos no prazo de 2 dias, aplicando-se o art. 382 do Código de Processo Penal, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal Militar.

- d) Assim como no processo penal comum, o recurso em sentido estrito deve ser interposto no prazo de 5 dias, com prazo de 2 dias para razões e contrarrazões ao recurso.
- e) A correição parcial pode ser requerida pelo Ministério Público Militar, no prazo de 5 dias, para o fim de ser corrigido erro ou omissão inescusáveis, abuso ou ato tumultuário, em processo, cometido ou consentido por juiz, desde que, para obviar tais fatos, não haja recurso previsto no Código de Processo Penal Militar.

20ª) No se que refere às execuções penais militares, assinale a alternativa falsa:

- a) A execução penal militar possui regramento estabelecido no Código de Processo Penal Militar, podendo ser aplicadas as regras da Lei de Execuções Penais, por exemplo, em caso de omissão, como em relação à progressão de regime.
- b) Conforme previsto na Lei de Execuções Penais, somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de condenado maior de 70 (setenta) anos, condenado acometido de doença grave, condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental e condenada gestante.
- c) Em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o Juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade.
- d) A suspensão condicional da pena será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário for condenado, na justiça militar, por sentença irrecorrível, a pena privativa da liberdade, sendo facultativa a revogação em caso de condenação na justiça comum.
- e) A execução da sentença compete ao auditor da Auditoria por onde correu o processo, ou, nos casos de competência originária do Superior Tribunal Militar, ao seu presidente.

Nº DE INSCRIÇÃO:

NOTA:

FOLHA DE RESPOSTAS

1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E













